

**Artigo original**Glauce Yara do Nascimento¹
Jeane Barcelos Soriano¹
Paula Evelise Fávaro¹**A PERSPECTIVA DO ERRO E A AVALIAÇÃO DAS CONSEQUÊNCIAS DA INTERVENÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO****ERROR PERSPECTIVE AND CONSEQUENCES EVALUATION OF THE PROFESSIONAL INTERVENTION IN PHYSICAL EDUCATION: A CONTENT ANALYSIS****RESUMO**

O campo de trabalho em educação física oferece, atualmente, desafios gerados pelas mudanças estabelecidas nas relações de trabalho, com o usuário e entre outros grupos profissionais. As noções de competência e qualidade dos serviços prestados são exigências freqüentes e geram uma busca crescente por melhor formação profissional e responsabilidade sobre as tarefas específicas da área, bem como, uma preocupação com as questões éticas da intervenção profissional em educação física. O objetivo desse estudo foi compreender como o profissional de educação física descreve e interpreta as conseqüências de sua intervenção profissional, a partir da perspectiva do erro. As informações foram obtidas através de entrevista semi-estruturada, realizada com 11 profissionais que atuavam fora do âmbito escolar, com formação profissional variando entre 7 e 25 anos. O tratamento dos dados seguiu as características da análise de conteúdo, com o estabelecimento *a posteriori* das categorias de análise, a saber: (1) Formação Acadêmica e Identidade Profissional, que engloba as características e circunstâncias da formação, identidade e cultura profissional e (2) Intervenção profissional e Credencialismo: engloba os aspectos ligados ao processo de legitimação e credenciamento profissional. A pesquisa permitiu considerar que os profissionais de educação física expressam algumas preocupações com a qualidade dos serviços oferecidos na área, entretanto, não definem com clareza como se constitui o erro profissional na área, e também não avaliam as conseqüências de sua intervenção profissional a partir dessa perspectiva.

Palavras-chave: Educação física; Ética profissional; Erro profissional.

ABSTRACT

Employment in the area of Physical Education offers a series of challenges that have been created by changes established in relationships at work, with the user and with other professional groups. Notions of competence and quality of the services rendered are common demands and generate an increasing search for better professional education and responsibility for tasks specific to the area, as well as a concern with the ethical factors of professional intervention in physical education. The purpose of this study was to understand how physical education professionals describe and interpret the consequences of their professional intervention, based on the error perspective. Information was obtained by means of a semi-structure interview, conducted with 11 professionals who were not part of the school system, and who had 7 – 25 years of professional education. The data treatment followed the characteristics of the content analysis, establishing later the analysis categories, namely: 1) Academic Education and Professional Identity, which includes the characteristics and circumstances of professional education, identity and culture and 2) Professional intervention and Accreditation, which includes aspects connected to professional legitimacy and the accreditation process. This study allowed us to consider that, while Physical Education professionals are concerned with the quality of the services offered in the area, they do not clearly define what constitutes a professional error in the area, and neither do they evaluate the consequences of their professional intervention based on this perspective.

Key words: Physical Education; Professional Ethics; Professional Error.

1 Universidade Estadual de Londrina., Centro de Educação Física e Esporte, Grupo de Estudo sobre a Intervenção do Profissional de Educação Física (GEIPEF)

INTRODUÇÃO

O entendimento e o reconhecimento da complexidade da intervenção profissional de maneira geral, e da própria Educação Física como profissão regulamentada, especificamente, podem permitir uma representação das relações de força no campo de trabalho, bem como, entre os grupos profissionais.

Tentar observar como são estabelecidas as relações dentro do campo de trabalho, sobretudo, a partir do olhar dos grupos profissionais como um sistema interdependente, permite verificar como e quando os profissionais reconhecem as implicações e a responsabilidade de sua intervenção profissional.

Apreender as características e o funcionamento dos grupos profissionais em Educação Física, especificamente, pode ser um dos caminhos para, na tentativa de avaliar as conseqüências da intervenção profissional, a partir da perspectiva do erro profissional da área em questão, reconhecer a complexidade dos fatores intervenientes na intervenção profissional.

Para Abbott¹, um dos caracterizadores dos grupos profissionais é o seu sistema de conhecimento abstrato, haja vista, esse sistema poder redefinir seus problemas e tarefas, sendo assim, uma das estratégias utilizadas em diversos embates em torno de jurisdições profissionais.

O que se tem, então, é que os profissionais são considerados peritos, a partir de seu sistema de conhecimento abstrato, constituído pelo treinamento e experiência². Um grupo profissional caracteriza-se por ter um corpo especializado de conhecimento e de habilidades³, e soma-se a esse aspecto, o fato de que as possibilidades de combinações que se fazem presentes, pelo avanço da tecnologia e técnicas, acarretarão, também, uma implicação direta na produção de complexos problemas no processo de tomada de decisões. A decorrência desse processo resulta na necessidade de pensar as implicações das respostas profissionais, diante de problemas que demandam uma conjugação de respostas mais complexas.

Considerando que a Educação Física pode ser representada como um grupo profissional, segundo elementos descritivos tomados a partir de Abbott¹, Freidson², Bosi⁴, Soriano⁵ e Verenguer⁶, tem-se como regra para sua caracterização, a necessidade de um período de treinamento para a aquisição e domínio dos conhecimentos e técnicas próprias da profissão.

A formação acadêmico-profissional, portanto, configura-se como o espaço inicial, para o exercício das primeiras avaliações das conseqüências da intervenção profissional, pois é nesse espaço que se possibilita o contato com o conhecimento sistematizado de mecanismos que compõem a intervenção profissional. Sobretudo, porque é nesse ambiente onde se revela o grau de responsabilidade e comprometimento do profissional com a área, com a produção de conhecimento, e principalmente com o cliente.

Apesar da maior parte dos cursos de formação profissional em Educação Física, atualmente, atender a demanda pela formação de dois perfis profissionais

distintos, o bacharelado e a licenciatura, ainda não se pode negar que, grande parte dos profissionais formados ou em formação, ainda hoje, parece carregar uma herança do currículo generalista. A implicação mais direta é a dificuldade em definir que tipo de perfil profissiográfico se pretende focalizar e, conseqüentemente, que inserções e quais características profissionais promover, logo, torna-se mais difícil caracterizar e avaliar as conseqüências da intervenção profissional. Portanto, a definição de uma profissão, com base apenas no domínio de conhecimento, não é suficiente para o entendimento da complexidade dos grupos profissionais.

A *expertise* que os grupos profissionais possuem ou que lhes são atribuídas é o ponto central que lhes permite negociar com o Estado, com a sociedade e com outras ocupações: o acesso ao treinamento, estabelecer mecanismos de auto-regulação e o autocontrole sobre suas tarefas, a supervisão da qualidade dos serviços oferecidos pelos pares profissionais, e também impor jurisdições que limitam o trabalho de outras ocupações que coabitam determinado campo profissional^{2,4}.

O sistema de credenciamento profissional em Educação Física, que entrou em vigor em 1º de setembro de 1998, expõe uma preocupação em garantir algum tipo de benefício ou abrigo dentro do campo de trabalho. Nesse caso, a idéia é a do *"abrigo que proporcione a razoável expectativa de suficiente segurança para poder contar com uma carreira de trabalho em algum tipo específico de expertise"*² (p.204). Portanto, não é difícil imaginar porque as chamadas "ocupações emergentes" buscam estabelecer-se como profissão nos mesmos moldes das profissões mais respeitáveis, como a medicina, as engenharias e o direito^{2,4,7}.

As ações, procedimentos ou atividade que são atribuídas a uma categoria profissional, ainda que não lhes seja exclusiva ou privativa, estão expressas na legislação prescritiva da profissão. De um lado, os profissionais são considerados peritos em uma atividade e podem exercê-la no mercado de empregos ou de locação de serviços. Em contrapartida, por terem assegurado o monopólio de profissão, respondem por imperícia, negligência ou imprudência pelos danos que vierem a causar e ou pelos prejuízos que porventura resultarem do exercício de atos inerentes da sua profissão – os chamados erros profissionais⁸.

Inevitavelmente, a literatura aponta que o processo de constituição de um grupo profissional concretiza-se à medida que se consolida a representação, entre os membros desse grupo, da ideologia que deve orientá-los e fortalecer-lhes a sensação de pertença, contando, dessa forma, com um órgão de credenciamento que diferencia e define o conteúdo da intervenção profissional, supostamente qualificada.

Nesse processo, muito mais político do que acadêmico, a exemplo do que Freidson² reporta, poucos autores destacam com mais ênfase e rigor as características do conhecimento profissional: (a) sua origem; (b) como é estabelecido e reconhecido e (c) como seu desenvolvimento e utilização são

organizados, avaliados e controlados. Especificamente, “poucos têm sido os estudos sobre o conteúdo da ideologia profissional e menos ainda do conteúdo do ‘conhecimento’ profissional como ideologia”² (p.105).

Assim, a observação de como são estabelecidas as relações dentro do mercado de trabalho, na área da Educação Física, diante das transformações atuais é importante, pois permite verificar como e quando os profissionais reconhecem as responsabilidades de sua intervenção profissional. Tal perspectiva possibilita visualizar a vulnerabilidade dessa interação entre usuários do serviço e profissionais, como consequência da relação de poder estabelecida entre profissionais e clientes⁹.

Partindo desse contexto, **tem-se** como objetivo desse estudo: “Verificar como os profissionais de educação física avaliam as consequências da intervenção profissional, a partir da perspectiva do erro profissional”.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Foi realizado um estudo dentro da abordagem qualitativa de pesquisa, haja vista a necessidade de se apreender e compreender o quadro de referências que os profissionais utilizam^{10,11} na avaliação do erro profissional, a partir do entendimento das relações de trabalho estabelecidas, com os pares profissionais, com outras profissões e com a clientela atendida.

A preocupação em compreender o fenômeno dentro da realidade, sem interferência nas respostas ou modificações nas ações, são elementos que justificaram a ausência do controle de variáveis dentro dessa perspectiva de pesquisa^{12,13}. Portanto, nessa abordagem a compreensão do fenômeno investigado não se limita ao número de participantes, mas sim, na tentativa de entender o erro, segundo a avaliação desses profissionais.

As informações foram coletadas por meio de entrevista semi-estruturada, que consistiu em uma série de perguntas abertas, feitas verbalmente, em uma ordem prevista, mas na qual o entrevistador podia acrescentar perguntas de esclarecimento¹⁴. Os temas geradores da entrevista foram extraídos da literatura tendo como foco: formação profissional, competência, credencialismo e erro profissional.

O tratamento dos dados seguiu as características da análise de conteúdo, com o objetivo de extrair as significações, representações, crenças e valores dos entrevistados, ampliando assim, a descrição dos componentes que fazem parte da perspectiva do erro profissional em Educação Física.

Para a realização deste tipo de análise, os seguintes passos foram percorridos, segundo as orientações de Bardin¹⁵: realização da leitura flutuante do material coletado, a constituição do *corpus* de análise, o levantamento de núcleos temáticos, a categorização dos dados, e a análise do *corpus*.

As categorias para análise dos dados foram estabelecidas *a posteriori*, a partir das transcrições dos dados e são agora apresentadas:

1. Formação Acadêmica e Identidade Profissional: engloba as características e circunstâncias da formação, identidade e cultura profissional;

2. Intervenção profissional e Credencialismo: engloba os aspectos ligados ao processo de legitimação e credenciamento profissional.

Grupo estudado

O grupo foi constituído por onze profissionais de educação física que atuavam com programas de condicionamento físico, em ambientes fora do contexto escolar. Optou-se por selecionar profissionais que possuíam um tempo de experiência que poderia variar entre sete e vinte e cinco anos, denominado de “fase de diversificação”, segundo as indicações de Huberman¹⁶, pois nesse período de suas carreiras, os profissionais apresentam uma maximização da tomada de consciência de suas ações e uma tendência à diversificação das atividades, por meio da busca de novas experiências pessoais e profissionais. Ainda que os apontamentos do autor fossem colocados para professores, não se percebeu impedimentos para o uso dessa referência no estabelecimento de critérios para seleção dos participantes deste estudo¹⁷.

Os participantes do estudo foram selecionados por meio de indicações de proprietários de prestadoras de serviço na área. As entrevistas foram agendadas e realizadas no local de trabalho dos profissionais, em horário que eles tinham disponibilidade. As entrevistas foram gravadas em fitas K-7 e, a seguir, transcritas, totalizando cinquenta e duas páginas.

Todos os participantes assinaram o termo de consentimento esclarecido, conforme aprovação e diretrizes do Comitê de Ética em Pesquisa com Humanos da Universidade Estadual de Londrina. Salienta-se que antes e após a realização das entrevistas, os objetivos do estudo foram esclarecidos aos participantes, bem como os procedimentos a serem utilizados, conforme sugerido por Spradley¹⁸.

RESULTADOS

O relato dos entrevistados permitiu avaliar o erro profissional e as consequências da intervenção profissional, tendo como preocupações a formação profissional e a regulamentação da área, a partir da criação dos Conselhos Federais e Regionais. Desta forma, o erro profissional foi entendido do mesmo modo como ocorre na medicina pelo fato de não existir outra perspectiva que amplie a visão sobre o erro profissional na Educação Física e, sobretudo, pelas características da atividade profissional, semelhante a das ocupações reconhecidas, quanto à necessidade de treinamento para a intervenção e de um sistema de credenciamento legitimador da profissão.

De modo geral, os entrevistados trabalhavam em academias, escolas de natação e com programas de condicionamento físico personalizado ou com treinamento esportivo e possuíam, em média, doze anos de formação profissional, com variação entre sete e dezenove anos.

Como todos os entrevistados começaram a atuar ainda durante a graduação, entende-se que os profissionais se inserem precocemente no campo de trabalho, porque acreditam que seja o caminho mais rápido e fácil de conseguir experiência, ou seja, a melhor maneira de dominar as tarefas e rotinas profissionais. Entretanto, atualmente no papel de profissionais, apontam a problemática de emprego de estagiários como mão-de-obra barata, absorvida pelo campo de trabalho e também como possível origem de erro, pela incapacidade técnica e pouca experiência. Esse é um ponto bastante preocupante apontado por Verenguer⁶, pois a inserção precoce de acadêmicos compromete a qualidade dos serviços prestados e ainda, a visão que a sociedade tem da área, como profissão.

Os entrevistados concordaram que a competência profissional é produto do conhecimento técnico, ou seja, uma intervenção de qualidade é fruto do conhecimento e domínio técnico das tarefas profissionais. Os apontamentos permitiram verificar a vinculação do conhecimento científico como resposta às situações profissionais e a origem da Universidade como instituição formadora de profissionais, e estes por sua vez, como formadores de opinião^{7,3,19}.

E2: [...] *é muito importante porque o conhecimento é que dá a base para desenvolver o trabalho como profissional.*

E4: [...] *É imprescindível para o profissional vir a trabalhar na área da educação física, que tenha essas informações [...]*

A formação acadêmica foi considerada pré-requisito para a atuação profissional, entretanto, não apresentaram justificativas coerentes que revelassem a importância de um curso superior para a formação profissional em Educação Física, parecendo estar mais próximo de uma tentativa de reconhecimento e valorização profissional. Assim:

E3: *“É isso que diferencia a gente dos leigos [...] qualifica as pessoas para trabalhar na área”.*

Apesar de revelar a necessidade de treinamento específico, como sendo imperativo para atuação profissional na área, foram apontados nos relatos que a formação acadêmica é insuficiente para preparar um profissional competente do ponto de vista técnico, e, até mesmo ético, atribuindo a insuficiência da formação ao currículo generalista, pois consideraram que ele apresenta problemas em virtude da abrangência de conteúdos, que engloba tanto os assuntos do segmento escolar, como conhecimentos fora desse contexto. Isso permitiria a mobilidade e troca das tarefas profissionais e até mesmo de funções.

E10: *“Eu vejo o profissional, por exemplo... que trabalha, dez, quinze anos com natação, trabalha ali dentro de uma academia fechada, e aí ele vem pra musculação como personal trainer. Ele se acha apto a, ah, a licenciatura, te dá isso, te dá esse leque, te dá esse poder... aí você vem pra musculação e começa a fazer um trabalho personalizado. Você tá fazendo um trabalho bom? Com certeza não”.*

Alguns profissionais citaram os conhecimentos da pedagogia, didática, modalidades esportivas,

cinesiologia, metodologia, sociologia, filosofia e ética como sendo importantes para a formação profissional e também como sendo o ponto principal que diferencia o trabalho deles, dos chamados trabalhadores provisionados.

Por outro lado, a maior parte dos entrevistados se referiram às disciplinas da área biológica, como a anatomia, a fisiologia, a psicologia e a nutrição, com sendo determinantes para solução dos problemas profissionais. Essas disciplinas foram apontadas porque os entrevistados consideraram como objeto de intervenção da Educação Física, o corpo humano, a saúde e a qualidade de vida.

E7: [...] *é muito mais sério trabalhar com saúde, com atividade física, porque está lidando com ser humano, está lidando com vida, está lidando com saúde”*

Contudo, afirmações desse tipo comprometem a identidade da profissão porque não se estabelece qual a relevância de outros conhecimentos, que não da área biológica na solução de problemas profissionais e também é perigosa porque distancia a área de um verdadeiro processo de profissionalização, pois em consonância com Bosi⁴, o monopólio da área da Saúde pertence única e exclusivamente à medicina, que mantém sob sua tutela o conhecimento, os procedimentos e técnicas a serem utilizados pelas outras profissões que compartilham o campo de trabalho.

As denominadas “profissões paramédicas” nada mais são que ocupações que não apresentam as características fundamentais de uma profissão, ou seja, aqueles elementos que possibilitam a conquista de autonomia técnica na esfera do trabalho: base cognitiva adequada, alto prestígio e responsabilidade, reconhecimento social, dentre outros (p. 100).

A indefinição do objeto de estudo da área não permite o domínio sobre a produção, a organização e utilização de conhecimento específico (*expertise*) na solução de problemas profissionais e conseqüentemente, a reivindicação de abrigos exclusivos no campo de trabalho². Apesar do avanço científico ocorrido nas últimas décadas, as pesquisas na área pouco contribuíram para o estabelecimento de uma identidade profissional que fosse de domínio exclusivo, pelo contrário, à fragmentação dos conhecimentos aumentou a confusão em torno da definição do objeto de estudo^{20,21}.

No caso específico da disciplina psicologia, foi possível entender que sua utilização está assentada na idéia de interação com as pessoas, ou na fala deles: “saber lidar com os alunos”. Especialmente, para aqueles que atuam com programas de treinamento personalizado, por causa do caráter individualizado do serviço. Mas, o que não ficou claro é sob qual tipo de conhecimento se referiram, bem como seu emprego na intervenção. Pois, a disciplina citada, presente no currículo de formação, tem um enfoque na compreensão das correntes da psicologia educacional, porém não menciona contextos da intervenção profissional.

Os discursos também revelaram, com frequência,

algumas atitudes, crenças e representações, aqui denominados de “axiomas profissionais”: *discernimento, comprometimento, responsabilidade, profissionalismo, dedicação, assiduidade, dedicação, competência, ser coerente e ético, ter responsabilidade* como sendo características do profissional tido como “competente”, aparecendo sempre ao lado da formação profissional. Freidson² explica que dentro dos grupos profissionais, *comprometimento e dedicação* são características importantes para a constituição da identidade profissional e possibilita exercer com autonomia as tarefas específicas da área bem como conduzir a atuação de outras ocupações, que coexistem no universo de trabalho.

O autor aponta ainda, que esses são elementos que compõem a eficiência de um sistema de credenciamento, o qual pode beneficiar, tanto os profissionais que se dedicam à determinada profissão, quanto à sociedade que tem garantias do serviço oferecido, pois o comprometimento e a dedicação determinam o grau de responsabilidade do próprio profissional: “[...] *as noções de dedicação ao serviço e de habilidade profissional são tratadas mais proveitosamente como elementos de ideologia do que como características empíricas de comportamento profissional individual ou coletivo*” (p.164).

Entretanto, valores como: *gostar do que faz, simpatia, caráter, carisma, ser extrovertido, ter bom humor e ser alegre* também apontados, revelam uma preocupação superficial com as questões da área e contribuem para a desvalorização da profissão, pois a noção de competência profissional está intimamente ligada à imagem pessoal. Freire, Reis e Verenguer²², explicam as consequências de ter uma identidade profissional vinculada restritamente à imagem: “em que pesem todos os avanços obtidos nos últimos anos, a Educação Física não pode ainda ser considerada uma profissão prestigiada. A sociedade não tem clareza sobre o serviço prestado pelo profissional da área, que por vezes é considerado como aquele que se preocupa apenas com o corpo, seja por motivos estéticos ou de saúde. Nesse sentido, muitas vezes exige-se dele aptidão, uma imagem estereotipada e habilidade para execução de movimentos como credenciais para uma intervenção competente” (p.40).

Os relatos apontaram como parte da formação e preparação para o campo de trabalho, a participação em cursos de capacitação profissional, tais como: cursos *lato sensu, stricto sensu* e participação em congressos e eventos científicos, pois permitiria ao profissional atuar com mais segurança e competência. Pode-se afirmar que, receber algum tipo de treinamento é parte integrante da formação profissional, mas a identidade e imagem do profissional de Educação Física ainda se encontram intimamente ligadas a valores superficiais.

Intervenção profissional e Credencialismo

As perguntas que se referiram ao sistema de credenciamento mostraram que os entrevistados são a favor da criação dos conselhos Federal e Regionais

de Educação Física, tendo como justificativa a defesa de distinção dos profissionais formados dos não-formados, como forma de salvaguardar o monopólio da profissão:

E1: [...] *é muito importante ter um profissional formado atuando e para fiscalizar esse pessoal que trabalha, mas não é formado. Porque também não é justo, eu me formei, estudei e outras pessoas não formadas, continuar trabalhando como a gente*”.

Contudo, os profissionais também assinalaram que a regulamentação não modificou em nada sua rotina de trabalho, tanto do ponto de vista da garantia de monopólio profissional, como pelo reconhecimento do seu trabalho perante a sociedade e a outras profissões. Os profissionais não concordam com os procedimentos e critérios de credenciamento adotados pelo sistema Confef/Cref, pois segundo eles, o conselho se preocupa em demasia com a atuação dos profissionais formados e não credenciados, quando deveria fiscalizar a atuação de pessoas não habilitadas, sem formação acadêmica. Atualmente, o único critério utilizado para o credenciamento é a comprovação da formação acadêmico-profissional e o pagamento das taxas de adesão e anuidade.

Na visão dos entrevistados, a preocupação do conselho é a de punir os próprios profissionais (aqueles formados, mas não credenciados), deixando de exercer um papel de amparo e legitimação da própria classe profissional. Freidson² reforça a situação acima descrita, apontando que o credencialismo em si não pode ser rejeitado, mas as formas não-confiáveis e inválidas de credencialismo, sim. E ainda: “*o que pode ser razoavelmente criticado no credencialismo, portanto, não é o fato da seletividade e exclusividade, e sim a questão de se saber se as bases para a exclusão [ou inclusão] são justas ou legítimas*” (p.204, acréscimo e grifo nossos).

Embora, o código de ética profissional da Educação Física antecipe a possibilidade de punição de atitudes que ofendam a moral, ele não especifica quais são as consequências decorrentes desses atos e, sobretudo, deixa de fora a questão do erro profissional. Isso tudo vai contra o princípio empregado na defesa dos sistemas de credencialismo: o amparo à sociedade e preocupação com a qualidade dos serviços. Conforme Gomes e França²³, a existência dos conselhos profissionais se justifica: “[...] *é um órgão fiscalizador, disciplinador e julgador, ao qual incumbe promover normas éticas de conduta, zelar pelo seu fiel cumprimento e julgar as infrações conhecidas [...]*” (p.37). Ainda segundo os autores, a punição não é de incumbência iminente dos conselhos, porém, “[...] *uma atividade necessária na apuração de um desvio ético a fim de promover o julgamento correto em relação à gravidade do erro e punir com rigor o ato culposo*” (p. 38).

Os profissionais apontaram que a avaliação e punição dos erros profissionais caberiam ao Conselho Federal e Regional de Educação Física. Contudo, considerando a gravidade do erro, o profissional também estaria sujeito às sanções da justiça civil e criminal. A questão é bastante complicada porque a

profissão foi organizada e regulamentada há pouco tempo, e apenas prevê punições no que diz respeito à conduta moral:

E11: “O código de ética prevê muitas coisas, mas a prática eu não sei como funcionaria, eu acho que pra julgar teria que ser uma coisa muito organizada, fundamentada principalmente. É complicado quem vai julgar quem”

E3: “Eu acho que punição é uma palavra forte, e é muito difícil fazer qualquer tipo de julgamento”.

Quando da ocorrência de erro profissional, principalmente na medicina, os colegas profissionais e os conselhos de conduta e ética profissional tratam do assunto com muita cautela e evitam expor o profissional à sociedade, como forma de protegê-lo e principalmente, proteger a imagem da própria entidade. A capacidade de auto-regulação e auto-organização permite somente aos membros da profissão avaliar, julgar e punir, seguindo seus próprios critérios, sem interferência de outras pessoas. Essa é uma das subjetividades do processo de profissionalização e que permite estabelecer uma proteção contra pessoas e agentes que possam interferir na organização da profissão, ou seja, o alcance máximo da autonomia profissional²

No entanto, a preocupação dos entrevistados em não revelar ou apontar os erros dos pares profissionais, não tem haver com a proteção que se espera de indivíduos que compartilham a mesma atividade profissional. Os relatos mostraram que essa inquietação está assentada na falta de consciência da gravidade da situação, tanto para o cliente como para a profissão e também, do não conhecimento de qual atitude adotar, nem a quem denunciar. Contrariando o que para Freidson² caracteriza o modelo profissional, os profissionais de Educação Física estão longe de exercer algum tipo de autonomia sobre as atividades profissionais e o sistema de credenciamento da maneira que ele se apresenta atualmente “[...] *exclui o competente e protege o incompetente* [...]” (p.203).

É justamente a falta de entendimento do que realmente compõem uma profissão, especialmente da *expertise*, do credencialismo e da autonomia, que impede os profissionais de fazer denúncias e exercer seu papel de forma integral.

Quando os profissionais pensam a avaliação e a punição do erro, na Educação Física, se remetem a exemplos das profissões da área da saúde.

E8: “Se a gente trabalha com saúde a gente tem que ter punição, porque se o médico tem punição porque a gente não?”.

A fala dos profissionais deixa claro que eles se reconhecem como profissionais da área da saúde e que deveriam receber punições da mesma forma que os médicos. A responsabilidade médica engloba todas as esferas de poder e o erro médico envolve conseqüências de ordem ética e jurídica, além de reflexos na área civil e penal. Quando decorrente de atuação do profissional da medicina na administração pública, gera efeitos de natureza administrativa também, respondendo a inquéritos que podem resultar em advertência,

suspensão, demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, destituição de cargo em comissão, destituição de função comissionada, e outros.

Contudo, é responsabilidade dos Conselhos Regionais de Medicina (CRMs) julgar e punir os profissionais que cometam erros do ponto de vista moral, através de processos ético-disciplinares, segundo o código de ética da profissão. Segundo Gomes e França²³, não é papel dos conselhos ressarcir de alguma forma os prejudicados, para isso deve-se recorrer à justiça civil e até criminal.

As principais conseqüências descritas e que serviriam como formas de punição, foi a falta de crédito do profissional, o não reconhecimento, a desvalorização e o sentimento de culpa que ronda os profissionais responsáveis, perdendo assim credibilidade dentro do campo de trabalho:

E5: “[...]Jeu acho que a pior conseqüência é você não ser valorizado, não ser reconhecido”.

O erro também foi apontado como tendo origem no excesso de confiança do profissional na sua rotina diária. Para um entrevistado, o profissional deveria ser obrigado a passar por um sistema de atualização profissional que assegurasse a competência para atuar em determinado campo, já que as possibilidades de intervenção são diversificadas.

Como houve nos últimos anos, uma expansão do campo de trabalho na área, os entrevistados mostraram preocupação com a questão da avaliação e julgamento do erro profissional, especialmente em equipes multidisciplinares, pela dificuldade em definir quem teria cometido o erro.

Os profissionais também apresentaram dificuldade em distinguir e avaliar quando o erro se configura em situações fora do contexto de suas aulas e, que pode ter se agravado após ou durante as mesmas. Como, por exemplo, em práticas corriqueiras ou de fim de semana apenas, onde o indivíduo pode se machucar e ao retornar para os programas de condicionamento físico sistematizado esse quadro se agravar. Nesses casos, torna-se difícil afirmar ou julgar qual é o grau de responsabilidade e se existe realmente responsabilidade do profissional.

Os entrevistados ressaltaram a importância de avaliar o erro profissional com cautela, pela possibilidade de ocorrência de acidentes e da falta de materiais e condições adequadas para a execução de um bom trabalho. Na medicina, os erros e/ou situações adversas causadas por má condição do exercício profissional, não são de responsabilidade do médico e não cabe culpabilidade^{24, 25, 26, 27,28}. Porém, no caso específico da Educação Física qual seria a real contribuição das más condições de intervenção? Não estaria o profissional sendo omisso quando aceita trabalhar em condições que podem prejudicar diretamente a qualidade do seu trabalho?

CONCLUSÃO

O estudo permitiu verificar que os profissionais de Educação Física não conseguem definir e avaliar as conseqüências de sua intervenção profissional.

O principal motivo para esta situação está assentado na falta de clareza sobre o significado e possível origem do erro. As principais implicações desta falta de clareza sobre o erro profissional resultam e tem origem na falta de responsabilidade e comprometimento do profissional com a própria profissão.

A ampliação da visão sobre o erro na Educação Física pode gerar dois pontos centrais de discussão: primeiro, sob o aspecto positivo, porque permite a visualização e adequação de resultados, objetivos e tarefas profissionais. Por outro lado, o não reconhecimento das consequências da intervenção profissional configura-se como uma situação muito preocupante, pois perigosamente não se pondera a possibilidade de errar durante a ação profissional e, muito menos, de ser responsabilizado por suas ações.

Além da dificuldade em definir o erro, constatou-se que os profissionais não apontariam o erro de um colega profissional, tendo como justificativa a “falta de respeito”, traduzindo-se na fala deles, em uma “atitude antiética”. Entende-se a partir de afirmações como esta, que ocorre uma distorção do conceito de ética, pois a ética se justifica quando trabalha em favor tanto de um lado (profissionais) como de outro (sociedade). Logo, transparece a falta de seriedade com que é encarada a relação: profissional-cliente, apesar de existir uma preocupação maior com a qualidade dos serviços oferecidos na área.

No entanto, essa questão é superficial, pois não está relacionada à mudança de pensamento e forma de atuação profissional, ela ocorre em virtude das mudanças na administração e/ou investimento de empresários do setor.

Constatou-se como agravante, a não diferenciação do erro profissional de uma fatalidade ou acidente. Um ambiente de trabalho adverso também compromete o trabalho do profissional e põe em discussão o grau de responsabilidade dos empregadores/empresários, porque se torna difícil distinguir a real responsabilidade do profissional.

Acredita-se que seja importante para a Educação Física ter um sistema de credenciamento e regulamentação profissional, porém, a tentativa de reconhecimento deve priorizar a competente utilização do conhecimento profissional. Qualquer sistema de credenciamento profissional só vai alcançar êxito quando houver real compreensão e fortalecimento das bases formadoras da profissão e a articulação entre elas.

Somente com uma mudança no modo de pensar e a ampliação da visão sobre o campo de trabalho é que os profissionais de Educação Física reconhecerão as responsabilidades da intervenção profissional na área e desta forma, talvez a profissão possa vir a ser reconhecida e valorizada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Abbott AD. The system of professions: an essay on the divisions of expert labor. Chicago: The University of Chicago Press; 1988.
2. Freidson E. Renascimento do profissionalismo: teoria, profecia e política. São Paulo: Edusp; 1998.
3. Freidson E. Professionalism, the third logic: on the practice of knowledge. Chicago: The University of Chicago Press; 2001.
4. Bosi MLM. Profissionalização e conhecimento: a nutrição em questão. São Paulo: Editora Hucitec; 1996.
5. Soriano JB. A constituição da intervenção profissional em Educação Física: interações entre o conhecimento “formalizado” e a noção de competência. [Tese de Doutorado – Programa de Pós-graduação em Educação Física]. Campinas (SP): Universidade Estadual de Campinas; 2003.
6. Verenguer RCG. Mercado de trabalho em educação física: significado da intervenção profissional à luz das relações de trabalho e da construção da carreira. [Tese de Doutorado – Programa de Pós-graduação em Educação Física] Campinas (SP): Universidade Estadual de Campinas; 2003.
7. Wolff RP. O ideal da universidade. São Paulo: Editora Unesp; 1993.
8. Sá Júnior LSM. Atos profissionais e atos médicos. Revista Bioética [periódico on-line]. 1994; 2 (2). Disponível em: <http://www.portalmedico/revistabioetica.com.br> [2004 maio 1].
9. Castiel, LD, Póvoa, EC. Dr. Sackett & “Mr. Sacketeer”: encanto e desencanto no reino da expertise na medicina baseada em evidências. Cad Saúde Pública 2001; 17(1): 205-214.
10. Janesick V. The choreography of qualitative research design. In: Denzil NK, Lincoln YS, organizadores. Handbook of qualitative research. California: Sage Publications; 2000. p.460-476.
11. André MEDA. Etnografia da prática. 5 ed. Campinas: Papirus; 1995.
12. Stake RE. Case studies. In: Denzil NK, Lincoln YS, organizadores. Handbook of qualitative research. 2 ed. California: Sage Publications; 2000. p.435-454.
13. Hammersley MN, Atkinson P. Ethnography: principles and practices. 2 ed. London: Routledge; 1996.
14. Laville C, Dionne J. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Editora Artes; Editora UFMG; 1999.
15. Bardin L. Análise de conteúdo. Lisboa, Portugal: Edições 70; 1977.
16. Huberman M. O ciclo de vida profissional. In: Nóvoa A, organizador. Vida de professores. Porto: Porto Editora; 1992. p.31-59.
17. Soriano J.B. A Constituição da intervenção profissional em educação física: interações entre o conhecimento formalizado e as estratégias de ação. Rev bras Educ Fís Esp 2004; 18(4):315-332.
18. Spradley J. The ethnographic interview. Florida: Harcourt Brace Jovanovich; 1979.
19. Kourganoff W. A face oculta da universidade. São Paulo: Ed. da Unesp; 1990.
20. Manoel EJ. A dinâmica do estudo e promoção da atividade motora humana: transição de fase na EEFEE – USP. Rev Paul Educ Fis 1999;13(1):103-118.
21. Verenguer RCG. Dimensões acadêmicas e profissionais da educação física no Brasil: uma síntese das discussões. Rev Paul Educ Fis 1997;11(2):164-175.
22. Freire E, Reis MC, Verenguer RCG. Educação Física: pensando a profissão e a preparação profissional. Rev Mackenzie Educ Fis Esp 2002;1(1):39-46.
23. Gomes JCM, França, GV. Erro médico: reflexões sobre sua origem e suas consequências. Montes Claros: Editora Unimontes; 1999.

24. Conselho Federal de Medicina. Código de Ética médica. Manaus-AM. [periódico on-line]. 2001. Disponível em: <<http://www.portalmedico.com.br/revistabioetica>> [2004 abril 26].
25. Kfoury Neto M. Responsabilidade civil do médico. 3 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais; 1998.
26. Martin LM. O erro médico e a má prática nos códigos brasileiros de ética médica. Revista Bioética [periódico on-line]. 1994,2(2). Disponível em: <<http://www.portalmedico/revistabioetica.com.br>> [2004 maio 1].
27. Mendes AC. Indenização por dano oriundo do erro médico. Revista Bioética, [periódico on-line]. 1994,2(2). Disponível em <<http://www.portalmedico.com.br>>. [2004 maio 1].
28. Udeslmann A. Responsabilidade civil, penal e ética dos médicos. Rev Ass Med Brasil 2002; 48(2):72-82.

Endereço para correspondência

Jeane Barcelos Soriano

Centro de Educação Física e Esporte - UEL

Grupo de Estudos sobre a Intervenção do Profissional de Educação Física – GEIPEF

Caixa Postal 6001

CEP 86051-990 – Londrina, PR – Brasil.

E-mail: soriano@sercomtel.com.br

Recebido em 28/03/07

Revisado em 02/06/07

Aprovado em 19/06/07